
CAPÍTULO XIII

A UEM E TERCEIRA MISSÃO: extensão e ligação UEM-Sociedade

Manuel José Macia

Emílio Tostão

Luís Eugénio da Silva Lage

1. Introdução

A extensão, como uma das práticas essenciais da acção universitária, está plasmada nos Estatutos da Universidade Eduardo Mondlane, que expressam, claramente, que um dos objectivos gerais da universidade, é de “realizar actividades de extensão e difundir a cultura, a ciência e a técnica no seio da sociedade moçambicana, incluindo actividades de extensão no quadro do princípio da ligação Universidade-Comunidade” (DECRETO n.º 12/95; DECRETO n.º37/98). No entanto, e apesar desta declaração de princípio, a avaliação abrangente da evolução da extensão universitária na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) sugere dois momentos: um momento histórico, ligado à génese e prática de um tipo específico de extensão universitária e, outro, associado à evolução institucional, portanto, referente às transformações internas da Universidade enquanto sistema organizacional. A perspectiva histórica da génese e da prática referente a esse momento aborda a extensão no contexto da Revolução¹, o período a seguir à proclamação da independência nacional, a 25 de Junho de 1975. A perspectiva da evolução institucional aborda a extensão no quadro do conceito de planificação estratégica nos anos 90. Com efeito, no quadro da planificação estratégica, a extensão universitária conheceu diferentes ênfases, correspondendo aos três planos estratégicos produzidos, nomeadamente: (i) o Plano Estratégico (1999 - 2003); (ii) o Plano Estratégico (2008 - 2012) prorrogado para 2014; e (iii) o Plano Estratégico (2018 - 2028)². Mas, é no Plano Estratégico (2018 - 2028) que a extensão universitária e o conteúdo que se lhe atribui aproximam-se do conceito contemporâneo da extensão como *terceira missão* da universidade (CAPONGA, 2012; LAREDO, 2007; PAUSITS, 2012).

¹ Refere-se ao período da revolução em Moçambique, os primeiros 5 a 10 anos após a proclamação da independência nacional, do regime colonial português (cf. BOUDON, BESNARD, CHERKAOUI E LÉCUYER, 1990).

² Este plano tem um horizonte temporal de 10 anos, diferentemente dos outros dois anteriores (Relatório de avaliação do Plano Estratégico 2008-2014, Novembro de 2014).

Não obstante o Plano Estratégico (2008 - 2014) ter definido como um dos seus objetivos “ser uma referência de excelência no ensino, investigação e extensão” o facto, porém, é que a extensão, entendida na literatura crítica universitária ou estudos do ensino superior, isto é, como “terceira missão”³, nunca mereceu um tratamento conceptual e programático separada da investigação, o que, se acredita, pode ter levado a que o potencial das actividades e/ou iniciativas de extensão estivessem diluídas nas actividades da missão da investigação científica (PIUEM, 2007). As consequências negativas desta distorção podem não ter sido apenas de ordem institucional e organizativa, mas também e, sobretudo, atitudinal que, consciente ou inconscientemente, a comunidade universitária foi reservando sobre o lugar e papel da extensão no contexto académico.

A título de exemplo, os órgãos que tinham a responsabilidade estatutária de promover a extensão universitária faziam-no apenas no plano nominal, não havendo critérios objectivos de verificação e avaliação das actividades e do seu provável impacto. Não é de estranhar, pois, que o conceito de extensão universitária só aparecesse no glossário da Política da Investigação da Universidade Eduardo Mondlane de 2007, como sendo “actividades que consubstanciam a transferência de tecnologia e transmissão do conhecimento resultante ou não da investigação, incluindo cursos de curta duração, experimentação de novas tecnologias em parcerias com usuários e assessoria técnica a instituições públicas, privadas e à sociedade em geral” (PIUEM, 2007, p. 17). De qualquer modo, ainda que não de forma claramente articulada, mas assim entendida, pode dizer-se que a extensão praticada na UEM incluiu a transferência de conhecimento e inovação aos sectores produtivo, empresarial e/ou comunitário. Este cenário conheceu uma mudança importante a partir de 2012.

Com efeito, quando o Prof. Doutor Orlando António Quilambo assume o cargo de Reitor da UEM, em Abril de 2011, por um período de cinco anos, até 2017, período que viria a ser renovado por mais 5 anos, a missão da extensão mereceu uma nova abordagem. São, pois, nestes últimos 10 anos, desta que é a mais antiga instituição de referência do ensino superior em Moçambique, fundada em 1962, que há uma mudança de paradigma para a extensão universitária. Uma das acções imediatas tomadas pela nova governação e gestão da Universidade foi fazer um diagnóstico da situação da instituição, incluindo o ponto da

³ Caponga, 2012; Laredo, 2007; Pausits, 2012.

situação da extensão universitária. No diagnóstico participado por toda a comunidade universitária, através de um movimento conhecido, na altura, por “auscultação à comunidade universitária” produziu-se um relatório submetido ao Reitor, em Dezembro de 2011. O relatório identificou um conjunto de desafios, incluindo na área de investigação e extensão, tendo formulado um conjunto de recomendações, que podem ser resumidas na ideia da necessidade urgente de a Universidade Eduardo Mondlane redefinir o seu papel no actual contexto das transformações da sociedade de conhecimento (RACU, 2013). Isto favoreceu um ambiente de revisão, incluindo para a missão da extensão. Este capítulo procura narrar essa história.

Assim, o capítulo faz uma resenha histórica da génese e prática da extensão nos primeiros anos da independência e uma radiografia da extensão e inovação universitárias na UEM. Para além da breve introdução e contextualização, faz uma descrição da história e dos processos normativos e regulatórios relacionados com a missão da extensão, incluindo os principais documentos aprovados pelo Conselho Universitário. A seguir, faz um resumo de algumas das actividades de extensão realizadas, de acordo com a tipologia das actividades de extensão definidas no Plano Estratégico (2018 - 2028). Não sendo possível elencar todas as actividades de extensão com impacto social conhecido, são trazidos, segundo os autores do capítulo, alguns casos emblemáticos da extensão, dos quais a UEM se orgulha em tê-los realizados. No fim, o capítulo traça uma breve perspectiva da extensão universitária e inovação no contexto da transformação da UEM numa universidade orientada para a investigação.

2. História da extensão na UEM: génese, processos normativos e regulatórios

A Extensão Universitária sempre teve um papel fundamental na UEM. Logo depois da Proclamação da Independência Nacional, ainda nos finais da década 70, sob orientação do então Presidente da República, Samora Moisés Machel, foi adoptada a “estratégia de inserir a universidade no seio do povo, de o servir e dele buscar inspiração” (O MOBILIZADOR, s/d).

Com efeito, a extensão universitária tomou, inicialmente, a forma de *Actividades de Julho*, que decorriam nas fábricas, aldeias comunais estágios nas unidades de produção e que se tornaram obrigatórias em 1978 (O MOBILIZADOR, s/d). O discurso do Presidente Samora Moisés Machel do 1º de Maio de 1976 e o III Congresso da Frelimo iniciavam a

configuração do quadro institucional e regulatório da Extensão e Inovação na Universidade Eduardo Mondlane.

Machel insistia no facto da natureza e funcionamento da universidade dependerem das necessidades sociais a serem satisfeitas. A ênfase dada pela Frelimo à necessidade de enraizar a universidade no país e ligar a teoria à prática teve como consequência mais directa a realização das “Actividades de Julho”, as chamadas ‘Aju’s (SCHWALBACH, 2015 apud GASPERINI, 1989, p. 75).

Segundo Schwalbach (2015) as AJUs, que se realizaram continuamente entre 1975 e 1981, tinham um conjunto de princípios, dos quais se destacam os seguintes:

- a. integrar, efectivamente, os estudantes universitários no processo produtivo, por forma a assegurar a sua identificação com as classes trabalhadoras;
- b. integrar a Universidade na realidade nacional, procedendo de forma organizada à investigação e recolha do património histórico, cultural, científico e técnico;
- c. conhecer o nível tecnológico do País, tornando a Universidade num factor dinamizador da reconstrução nacional;
- d. pôr a sua técnica ao serviço dos trabalhadores e da reconstrução nacional, além de ensinar, participar e aprender com os trabalhadores na solução de problemas, interiorizando o verdadeiro significado da dignidade do e no trabalho; e
- e. conhecer profundamente o País para saber como reestruturar os cursos, como organizar o trabalho escolar, como orientar a pesquisa.

Dada a sua importância, as Actividades de Julho (AJUs) já institucionalizadas por Samora Machel, foram integradas nos *curricula* dos cursos de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane.

A partir dos anos oitenta, as AJUs transformaram-se em actividades curriculares, entregues às Faculdades e departamentos, que passaram a estabelecer as ligações com o sector produtivo, deixando de haver uma organização centralizada. Passaram a funcionar cada vez mais como actividades de extensão universitária (CARMO VAZ, entrevista em 2021)

A Comissão Coordenadora, a CCAJU, era nomeada pelo Reitor da Universidade, no início do 2º trimestre de cada ano (SCHWALBACH, 2015), e só os docentes séniores é que faziam parte da CCAJU (CARMO VAZ, entrevista em 2021).

O carácter curricular atribuído às Aju’s não deve ser interpretado como a sua transformação em lições práticas das diversas disciplinas, porque cada

curso deve prever sessões práticas independentemente das AJUs (SCHWALBACH, 2015 apud GASPERINI, 1989, p.75).

Posteriormente, além das celebradas AJUs, foram também introduzidas no mês de Janeiro, tomando a forma de Actividades de Janeiro (AJAs). Estudantes daquela época, alguns dos quais gestores seniores da UEM, hoje, participaram nas campanhas de ceifa de arroz, no vale do Limpopo, na colheita de batata e no 1º Recenseamento Geral da População, em 1980. Portanto, como diz uma das testemunhas deste movimento:

As AJUs foram um marco fundamental na transformação da universidade colonial numa universidade moçambicana e um motivo de orgulho dos que nelas participaram (CARMO VAZ, entrevista em 2021).

No entanto, com a aprovação da Constituição de 1990, facto histórico-político que marca a implantação da II República em Moçambique (GOVEIA, 2018), a Extensão Universitária ganhou novo ímpeto com a aprovação do Plano Estratégico da UEM (2008-2014), que destacava a importância dos centros para o desenvolvimento da UEM e estimulava a criação de mais Centros de Investigação e Extensão na UEM. Como resultado desta visão, mais de metade dos centros, maioritariamente de investigação e extensão, foram criados nos últimos 20 anos (Figura 1).

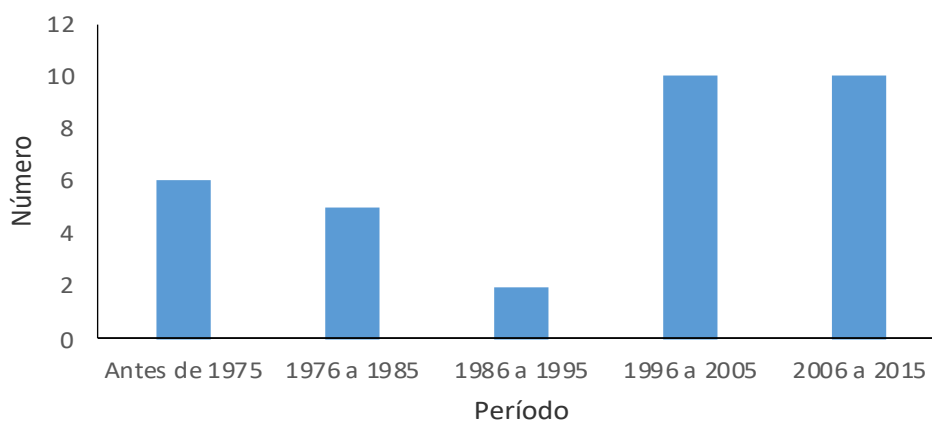


FIGURA 1 - Número de centros e outras unidades da UEM por período de criação

Fonte: Gabinete para Qualidade Académica, 2017

Segundo dados disponíveis, existem actualmente na UEM, 40 Centros que realizam actividades de extensão. Os Centros de Investigação e Extensão têm como missão principal a produção e transferência de conhecimento em áreas específicas de relevância e impacto social e económico nacional, regional e global. Dos centros

actualmente existentes, sete são localizados nas comunidades, isto é, fora dos *campi* da Universidade Eduardo Mondlane.

Além da localização, os Centros diferem, na subordinação, com influência sobre a sua autonomia e a alocação de recursos. Ao contrário dos Centros subordinados às Faculdades/Escolas, os quais estão incluídos nos orçamentos das respectivas unidades académicas, os Centros que se subordina à Reitoria da UEM, para além de possuir instalações próprias diferenciadas, têm, também, um orçamento próprio inscrito no orçamento da UEM. A Figura 2 indica a percentagem dos centros UEM por nível de subordinação.

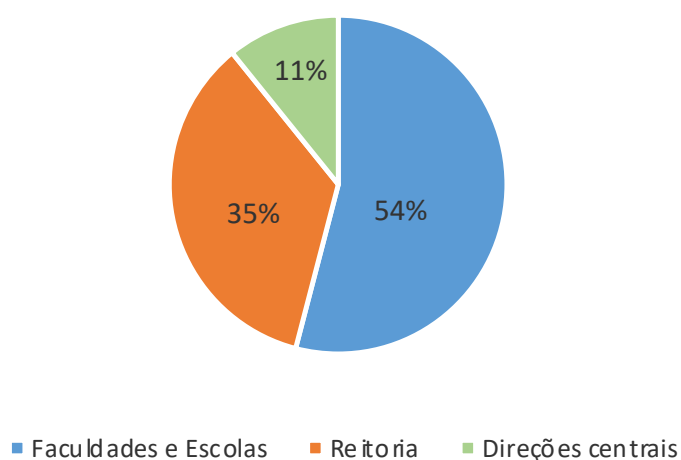


FIGURA 2 - Percentagem dos Centros da UEM por nível de subordinação

Fonte: Gabinete para Qualidade Académica, 2017

O crescimento no número e tipo de centros, foi acompanhado de um quadro normativo avulso, fruto da autorregulação dos próprios centros, consubstanciado através dos regulamentos-tipo dos centros internos e dos centros nas comunidades.

A Política de Investigação da UEM (PIUEM), aprovada em 2007, é dos primeiros instrumentos normativos que pretendem regular directamente a extensão universitária. A PIUEM apresenta a Extensão e Consultoria como um dos seus vectores. Mas o tratamento deste vector nos capítulos subsequentes da política é reduzido. Por exemplo, o capítulo sobre Procedimentos para Implementação da PIUEM só menciona a Extensão e Consultoria três vezes. Ou seja, a PIUEM não operacionaliza a Extensão e Consultoria.

Ciente da necessidade de um quadro normativo mais abrangente e mais apurado, a UEM iniciou, efectivamente, a elaboração da Política e Estratégia de Extensão e Inovação à luz do Plano Estratégico da UEM (2018-2028), que visa transformar a UEM numa Universidade de Investigação (PEUEM-2018-2028). A Política da Extensão e

Inovação da UEM em alusão, ora em elaboração, assenta no pressuposto da extensão como terceira missão e adopta o conceito que é plasmado no Plano Estratégico da UEM (2018-2028), incluindo os seus vectores e prioridades.

3. Evolução da extensão e inovação universitária na UEM: dados e factos

O desenvolvimento da extensão e inovação⁴ universitárias na UEM não pode estar dissociado do processo de planificação estratégica, que começou com muito maior visibilidade na segunda geração da planificação estratégica na UEM (PEUM-2008-2012). Isto corresponde, em parte, ao tipo de mudanças estruturais que o País estava a experimentar, com a adopção da Constituição de 1990, a qual marca, no campo político, a introdução do Estado de direito e democrático e, na esfera económica, na adopção de princípios da economia de mercado ou da chamada livre iniciativa (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994). Mas, por outro lado, pode dizer-se que a ausência de dados sistemáticos da extensão na primeira geração da planificação estratégica coincide com a consolidação da UEM como entidade jurídica, a tomar pela idade dos seus Estatutos⁵.

Com efeito, esta hipótese encontra sustentação na fundamentação dada no primeiro plano estratégico do Ministério da Educação, segundo o qual, num espaço de dez anos antes da elaboração do plano estratégico do sector da educação, o Governo de Moçambique tinha estado a seguir “um programa de ajustamento estrutural e estabilização macroeconómica, adoptando políticas orientadas para o reforço das instituições, no contexto de uma economia de mercado” (MOÇAMBIQUE. MINED, 1998; MOSH, 1888; SCHATZ, 1994). Portanto, a planificação estratégica e, consequentemente, a história da extensão na UEM deve ser entendida dentro do quadro destas transformações.

3.1. Extensão na UEM (2008-2014)

De modo geral, e da análise documental disponível e/ou disponibilizada, pode concluir-se que algumas unidades têm vindo a desenvolver actividades passíveis de serem classificadas como de extensão, segundo a tipologia proposta na avaliação do plano estratégico mas que, na perspectiva das actuais políticas e regulamentos ainda em vigor,

⁴ Para mais detalhes sobre o conceito de inovação, cf. Audy, 2017.

⁵ Embora a história da universidade remonte aos princípios dos anos 60s, como estudos gerais, os Estatutos da UEM, só datam de 1990.

são vistas como actividades de consultoria e, por isso, diferentes das de extensão. Trata-se de um problema conceptual que tem claras implicações analíticas, incluindo o facto de que muitas das actividades de extensão implementadas pelas unidades não eram planificadas nem se baseavam em qualquer tipo de classificação.

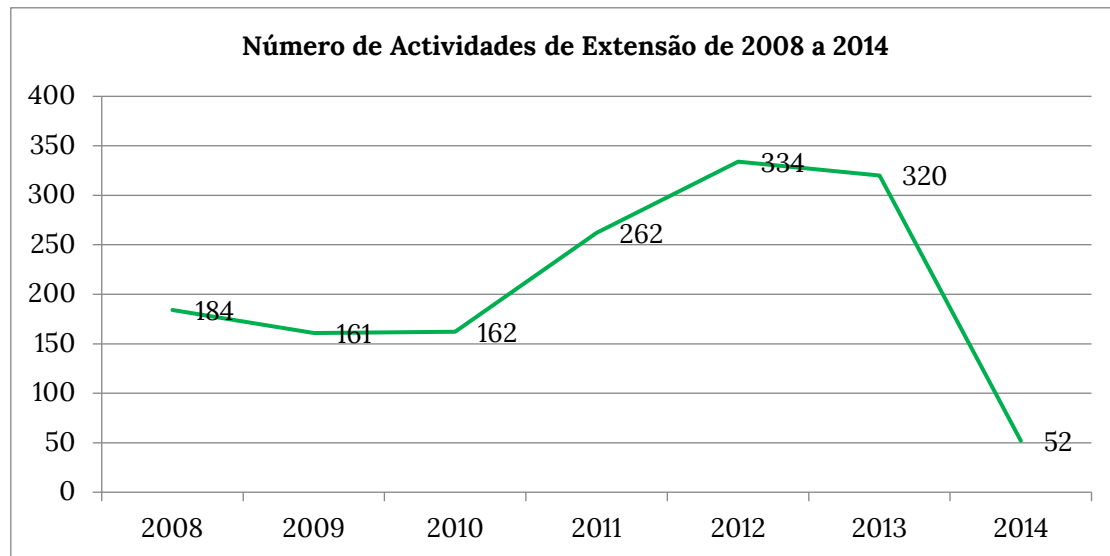


FIGURA 3 - Número de Actividades de Extensão ao longo da vigência do PE 2008-2014

A Figura 3 ilustra o volume das actividades de extensão na UEM e como foram evoluindo desde a vigência do Plano Estratégico (2008-2014), independentemente de quem os realizasse. Assim, dois momentos distintos podem ser visualizados. O primeiro, que vai de 2008 a 2010, onde as actividades atingiram o seu pico com 184 registadas e, o segundo, que vai de 2011 a 2013, com o pico a atingir o valor de 334 actividades.

A Figura 4 descreve as actividades de extensão na UEM, segundo a tipologia proposta pelo “eixo” do novo Plano Estratégico (2018-2028). Como se pode depreender, as actividades de extensão ligadas ao processo de ensino-aprendizagem foram as que ganharam maior proeminência, seguidas do desenvolvimento comunitário e prestação de serviços (incluindo consultorias e assessoria técnica). Por outro lado, os anos de 2011 e 2013 foram os de maior pico para esses três tipos de actividades.

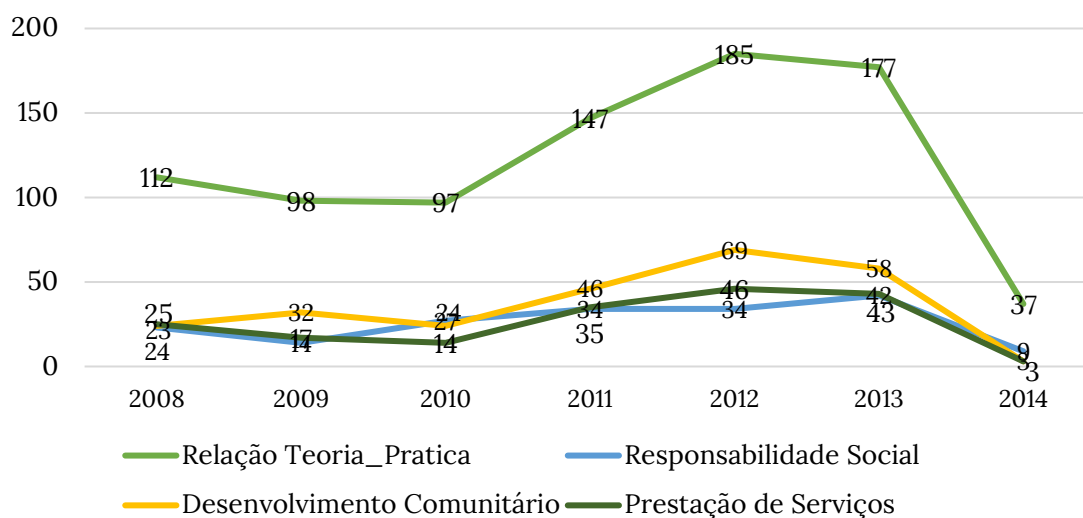


FIGURA 4 - Actividades de Extensão por Tipologia (2008-2014)

3.2. Extensão nas faculdades, escolas e centros

Desde a aprovação da segunda geração de planificação estratégica na UEM, os instrumentos de orientação das actividades de extensão usados pela UEM foram, como foi referido, o PE (2008-2014) e o Plano Operacional (2010-2014). Foi com base nestes instrumentos que, em princípio, as unidades se orientaram na realização das suas actividades de extensão. Com efeito, algumas unidades como são os casos de centros internos das faculdades, nomeadamente: o Centro de Práticas Jurídicas (Faculdade de Direito) e Centro de Sábie e Machipanda (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal) e alguns centros autónomos como o Centro de Estudos Industriais, Segurança e Ambiente – CEISA, o Centro de Informática (CIUEM) e o Centro para Coordenação dos Assuntos de Género (CECAGE), criaram instrumentos normativos específicos, alguns dos quais se circunscreveram em regulamentos que definiram a natureza e o âmbito da actuação da unidade. Um dos aspectos que alguns dos instrumentos normativos em alusão procuravam ou procuram dar conta são os incentivos para os investigadores, docentes, estudantes e, em alguns casos, os membros do CTA, para participar em actividades de extensão, sendo o Centro de Informática (CIUEM), um dos exemplos paradigmáticos.

A Figura 5 descreve o volume de actividades de extensão desenvolvidas pelas unidades académicas e não académicas, nomeadamente: Faculdades, Escolas Superiores, Centros, Museu da História Natural e Arquivo Histórico de Moçambique. Como se pode ver, com a excepção dos centros onde o gráfico das actividades foi demonstrando um

ascendente notável desde 2008, as actividades de extensão nas Faculdades e Escolas indicam um comportamento algo irregular. Pode especular-se que esta irregularidade possa estar associada à forma *ad hoc* com que estas acções vinham sendo levadas a cabo pelas unidades, incluindo a pouca atenção que a missão da extensão foi merecendo ao longo dos anos da vigência do segundo Plano Estratégico. Todavia, é digno de nota o facto de que, nos anos de 2012 e 2013, nota-se um relativo revigoramento, mesmo sem uma planificação e financiamento quase inexistente.

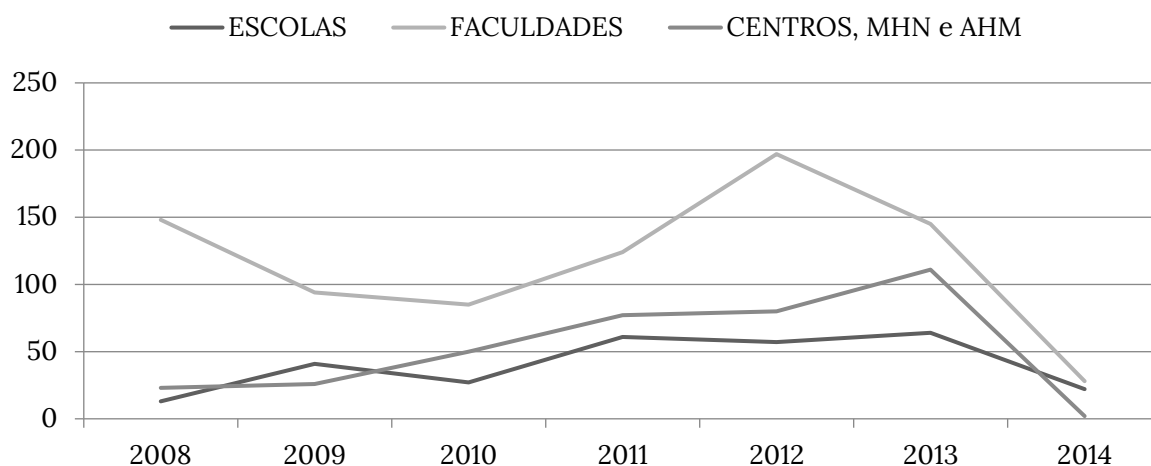


FIGURA 5 - Número Actividades por Unidades (Escolas, Faculdades e Centros)

3.3. Participação de estudantes e membros do CTA em actividades de extensão

A Figura 6 ilustra a participação da comunidade universitária, nomeadamente docentes, estudantes e membros do CTA nas actividades de extensão ao longo da vigência do PE (2008 – 2014). Assim, enquanto de uma maneira geral, de 2008 à 2014, a participação de estudantes nas actividades de extensão foi variável, tendo apenas tido uma tendência ascendente desde 2012, a participação de docentes manteve-se nos mesmos níveis, tendo aumentado consideravelmente de 2012 a 2013. No entanto, este comportamento não é de surpreender, se se associar ao facto de que o maior peso das actividades de extensão tem sido de ligação teórico-prática, uma espécie de continuidade das actividades de ensino-aprendizagem onde, por razões óbvias, há maior envolvimento de docentes e estudantes.

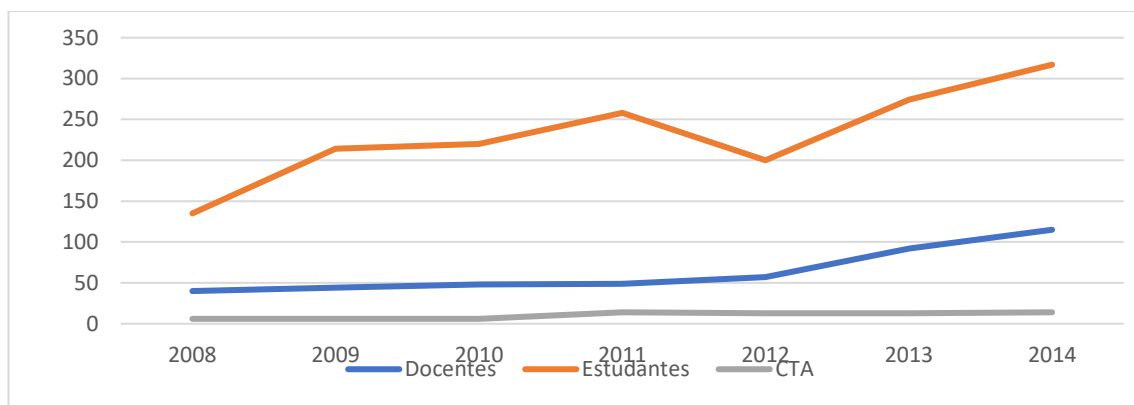


FIGURA 6 - Evolução de número de estudantes, docentes e CTA nas actividades de extensão

3.4. Financiamento de actividades de extensão

As actividades básicas de uma universidade, nomeadamente ensino-aprendizagem, investigação e extensão precisam de financiamento para que elas não só possam ter lugar como possam ser sustentáveis. Com efeito, durante a vigência da segunda geração da planificação estratégica na UEM, os instrumentos que regulavam as actividades de extensão e os órgãos de coordenação da extensão, sempre estiveram acopladas à missão da investigação. Este conceito híbrido teve consequências práticas óbvias no modelo de financiamento, não havendo, por conseguinte, informação específica dos gastos direccionados à extensão (Figura.7). Isto prova, mais uma vez, o lugar dado à extensão na universidade, não obstante de todo o *slogan* normativo.

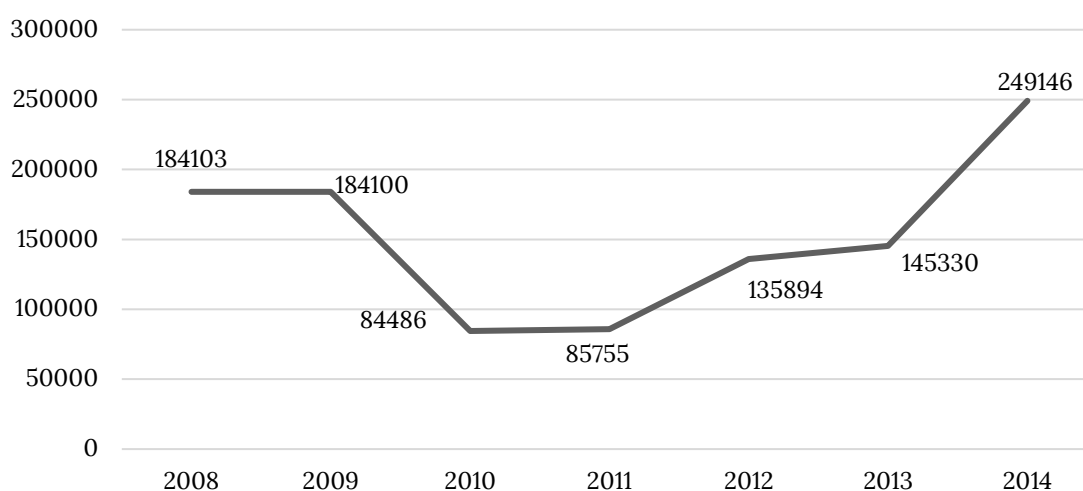


FIGURA 7 - Orçamento para investigação e extensão

Com excepção dos anos 2010 e 2011, em que orçamento para as actividades de investigação e extensão atingiu o nível mais baixo, nos outros anos, designadamente 2012

e 2013, esse orçamento aumentou de forma ascendente, chegando a ultrapassar os bons registos orçamentais, de 2008 e 2009. Porém, como a extensão e a investigação recebem a mesma linha de financiamento não é possível especificar a percentagem do orçamento que foi alocada às actividades de extensão de forma específica. Esta é uma situação que, no contexto da política de extensão e inovação da UEM, deverá ser revista e ultrapassada.

3.5. Extensão universitária entre 2015 e 2020

Uma análise da evolução das actividades de extensão em valores absolutos no triénio 2014 e 2016, mostra que houve um relativo aumento em todas as quatro dimensões. No entanto, esse incremento foi bastante pronunciado nas actividades de prestação de serviços e assistência técnica, onde o pico é claramente evidente (Figura 8).

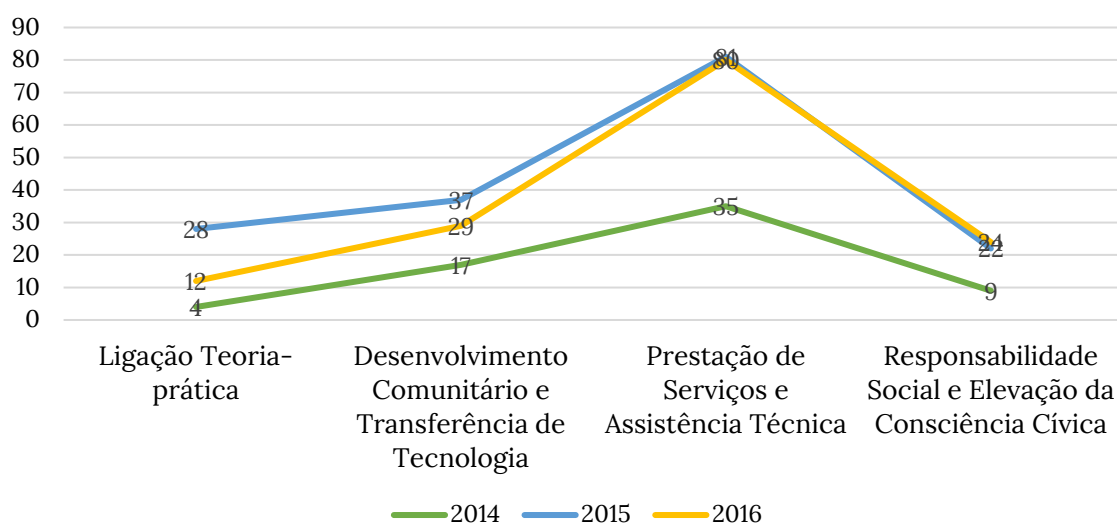


FIGURA 8 - Evolução das actividades de extensão (2014 - 2016)

Fonte - Gabinete de Planificação e Direcção Científica

Em 2015 e 2016, mais de metade (55%) das actividades de extensão foram de prestação de serviços e assistência técnica (Figura 8). O incremento das actividades de prestação de serviços e assistência técnica pode ser explicado, por um lado, pelos vícios conceptuais e programáticos já referidos na avaliação do plano estratégico de 2008-2014, onde o conceito de prestação de serviços é entendido como uma actividade diferente da extensão universitária. Mas, por outro lado, pelos eventos sócio-económicos ocorridos nesse período, particularmente a crise económico-financeira vivida no País, que cerceou a capacidade de financiamento das actividades da universidade, em geral, e da extensão de natureza curricular, em particular.

A ideia de que a prestação de serviços e assistência técnica não eram extensão, pode ter produzido um efeito psicológico e administrativo curioso no sentido de que o envolvimento da Universidade em acções que resultam na captação de receitas, por um lado, e no aumento da demanda de serviços especializados por parte do sector produtivo e da administração pública, por outro, era algo diferente do que o conceito actual de extensão pretende ajustar.

Já em 2017, em termos globais, foram realizadas um total de 311 actividades de extensão, contra 145 actividades em 2016. Esta subida, na ordem de 111%, só pode indicar que as acções conducentes à nossa ligação com a sociedade, bem como a nossa capacidade de documentação das actividades de extensão, tem potencial para melhorar. No entanto, do ponto de vista comparativo entre as quatro dimensões de extensão universitária, verificou-se que o padrão da extensão universitária por via da prestação de serviços e assistência técnica continuou a ser a norma, representando cerca de 60% de todas as actividades de extensão desenvolvidas na UEM, em 2017, contra 55%, em 2016 (Figura 9).

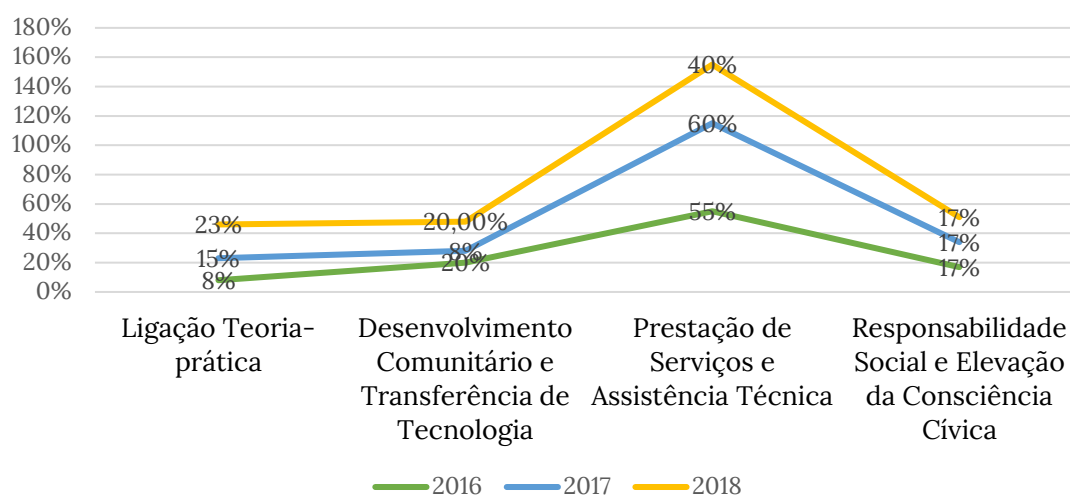


FIGURA 9 - Evolução percentual das actividades de extensão na UEM (2016 - 2018)

Em 2018, foram realizadas 206 actividades de extensão universitária, menos 105 actividades em comparação com o ano de 2017. Tal como em 2017, a extensão em forma de prestação de serviços e assistência técnica foi a que mais se destacou, representando cerca de 40% de todas as actividades realizadas (Figura 9). Contudo, comparando com 2017, as actividades deste subtipo reduziram em 20%. Esta descida pode estar associada quer à sazonalidade dos programas e/ou projectos que tiveram lugar quer à conjuntura

económica (nacional e internacional) que limitou o financiamento das actividades de extensão.

As actividades de ligação entre a teoria e prática perfizeram 23% das actividades de extensão realizadas em 2018, seguidas das actividades de responsabilidade social e elevação da consciência cívica, com 20% de participação, e, por último, as actividades de desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologia, com 17% (Figura 9). Pode dizer-se que, 2018, foi o melhor ano para as actividades de extensão teórico-práticas e de desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologias. Com efeito, apesar dos desafios económico-financeiros com que a Universidade se debateu e continua a debater-se, é digno de nota, por exemplo, o facto de que houve incremento das actividades de extensão ligadas à componente de ligação teoria-prática, na ordem de 100% por ano, entre 2016 e 2018.

De igual modo, o desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologia voltou ao patamar dos 20%, depois de uma queda no ano anterior para 8%. O envolvimento da universidade em acções de responsabilidade social e elevação da consciência cívica mantiveram-se no mesmo patamar de cerca de 17%.

Em 2019, foram realizadas 121 actividades de extensão e inovação, mais 15 em relação ao ano de 2018. A maior parte das actividades reportadas (85) enquadra-se na dimensão de prestação de serviços e assistência técnica, o equivalente a 71% (Figura 10). Seguiram-se actividades enquadradas na vertente de responsabilidade social e elevação da consciência cívica, num total de 18, o correspondente a 13%. Nove actividades foram de ligação teoria-prática e outras nove de desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologia, correspondendo a 8% cada uma (Figura 10).

Conforme expresso na Figura 10, as actividades de ligação teoria-prática e de desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologia contribuíram apenas com 8% cada uma, a proporção mais baixa registada desde que a UEM começou a reportar as actividades de extensão universitária nas suas diferentes dimensões. Note-se que, em 2018, as actividades nestas duas dimensões contribuíram com 23% e 20%, respectivamente.

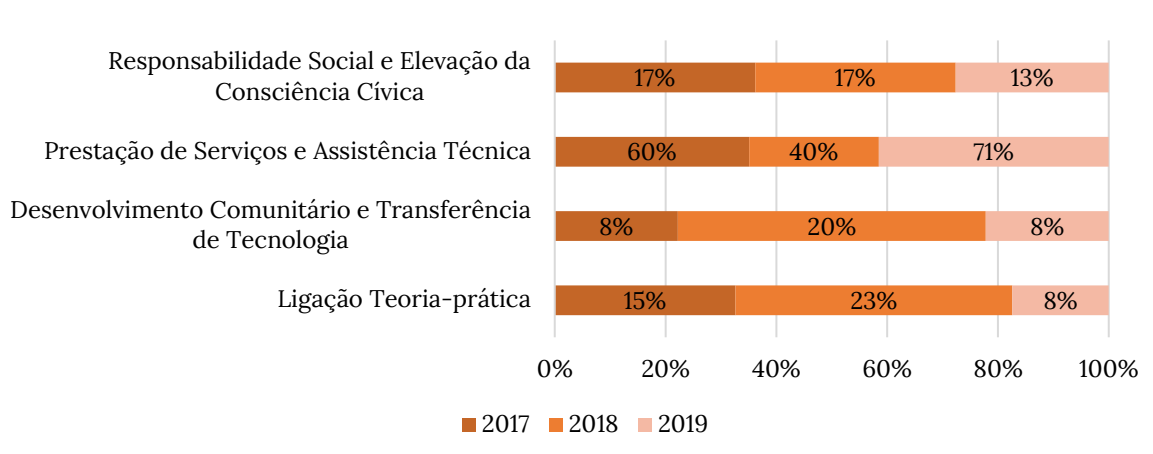


FIGURA 10 - Evolução percentual das actividades de extensão na UEM (2017 - 2019)

Esta queda pode ser reflexo directo da crise económico-financeira que não tem permitido a canalização de recursos substanciais para a realização de actividades de ligação teoria-prática e de desenvolvimento comunitário e transferência de tecnologia. Por exemplo, em 2019, a instituição enfrentou dificuldades para a implementação das actividades de Janeiro e de Julho, as comumente chamadas “AJAs” e “AJUs”, aliás, o símbolo da extensão universitária da UEM que, como se sabe, preconizam a aplicação prática dos conhecimentos teóricos quer na indústria quer nas comunidades. Esta é uma situação que deve ser revertida, de modo a se assegurar a relevância dos processos de ensino-aprendizagem e investigação e a ligação com a sociedade nos próximos anos.

4. Alguns casos emblemáticos da extensão na UEM

Diferentemente das faculdades e escolas superiores que tem na componente de ensino o diferencial de exclusividade, os centros de investigação e extensão são unidades orgânicas cujo foco gravita, basicamente, entre as actividades de investigação, por um lado, e de extensão e inovação, por outro. Dos centros de extensão e inovação seleccionados para efeitos exemplificativos do que a UEM tem historicamente vindo a fazer na área de extensão e inovação, quatro têm marcado, de forma particular, o desenvolvimento e prática de extensão na UEM, nomeadamente: (i) o Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH); (ii) o Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais - CEAGRE, (iii) o Centro de Recursos Kaya Clínica e, por fim, (iv) o Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique (CAIRIM) este último, recentemente criado.

Todavia, esta escolha só tem validade heurística (TONETTO *et al.*, 2006) pois, existem na UEM, uma gama variada de centros cujo papel é institucional e nacionalmente reconhecidos pelo seu papel na economia e sociedade moçambicanas, como são os casos do Centro de Análise de Políticas (CAP), o Centro e Estudos Africanos (CEA), Centro de Biotecnologia (CB), Centro Agroflorestal de Machipanda (CEFLOMA), Centro de Coordenação de Assuntos de Género (CeCaGe), Centro de Estudos Industriais, Segurança e Ambiente (CEISA), entre tantos outros.

4.1. Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH)

O Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) é uma instituição de investigação, extensão e prestação de serviços, criado por decisão do Reitor da UEM, tendo os seus estatutos sido aprovados em 1992. É uma instituição sem fins lucrativos, dependente da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da UEM. Os seus objetivos são, entre outros, contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos directa ou indirectamente ligados à melhoria das condições do habitat nas cidades de Moçambique, realizar e/ou fomentar projectos de investigação no âmbito da urbanização, habitação e arquitectura e prestar assistência técnica em estudos, investigação e projectos de carácter urbano, habitacional e no âmbito da administração local.

O CEDH não tem um quadro de investigadores e Corpo Técnico e Administrativo permanentes. Para os trabalhos de investigação, estudos e prestação de serviços, participam docentes e alunos da Faculdade e, sempre que necessário, recorre a especialistas de outras Faculdades ou técnicos exteriores à UEM. A prestação de serviços do CEDH é realizada através de contratos-programa assinados com os parceiros, onde constam os objectivos, a duração, os projetos, as obrigações do CEDH, as obrigações da contraparte, a modalidade do financiamento, as condições de desembolso, a fiscalização da contraparte, os indicadores de desempenho, entre outros.

Considerando a experiência e as capacidades instaladas no CEDH, podem ser objecto de contratos-programa a estabelecer com outros parceiros, tais como, Instituições Governamentais de Âmbito Central, Instituições Governamentais de Âmbito Local e Autárquico, Instituições de Ensino Superior, Instituições de Consultoria e Organizações não-Governamentais Nacionais e Instituições de Cooperação Internacional.

O CEDH inclui, no seu programa de actividades, temas de investigação de cariz científico e académico, incentivando o corpo docente da Faculdade a participar, de forma interessada, na sua realização. O caminho passa por buscar as possibilidades oferecidas pela UEM e por outros parceiros para financiar iniciativas de investigação científica. Não obstante a interação com a FAPF, o CEDH é financeiramente independente desta, devendo, através da sua actividade, obter os meios financeiros necessários para a prossecução dos seus objectivos.

O CEDH desenvolveu, ao longo dos anos da sua existência, um grande portfólio de trabalhos executados no âmbito de arquitectura, assim como de planeamento urbano, em todo o País, contando, igualmente, com inúmeras publicações (Figura 11) sobre as cidades e a arquitectura de Moçambique.

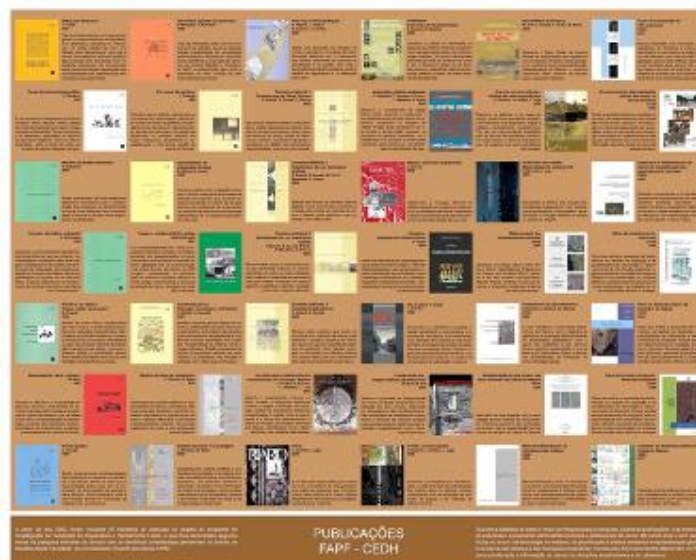


FIGURA 11 - Ilustra o mural de publicações do CEDH nos quase 30 anos da sua existência

4.2. Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais (CEAGRE)

O Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais – CEAGRE é um centro de prestação de serviços da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, da UEM. O regulamento do CEAGRE foi proposto e discutido em 2011 e foi homologado pelo então Director da Faculdade, em Janeiro de 2012.

O lema do CEAGRE é “Contribuindo para o desenvolvimento agrário, a gestão sustentável dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades rurais em Moçambique”. Por isso, a sua principal área de trabalho é o ambiente em todas as suas vertentes – avaliação de impactos ambientais no uso de recursos naturais, estratégias de

resiliência e adaptação às mudanças climáticas, agricultura - iniciando de pesquisa de novos métodos de cultivo, culturas mais adequadas à especificidade do Moçambique, pelo estudo do mercado agrícola, avaliação de impactos sócio-económicos e ambientais, até disseminação do conhecimento. O vasto conhecimento e experiência acumulada ao longo de anos permitem ao CEAGRE ser criativo e inovativo na busca de soluções aos diversos problemas do nosso dia-a-dia.

O CEAGRE, sendo parte da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, beneficia da colaboração do corpo docente e pessoal do apoio administrativo. À sua disposição, tem especialistas de diversas áreas que compreendem protecção e produção vegetal, engenharia rural e florestal, economia e desenvolvimento agrário.

O CEAGRE colabora, também, com outros centros como Centro Agro-florestal de Machipanda e Centro de Estudos do Desenvolvimento Agrário de Sábie, para além de parcerias estratégicas com outras instituições de investigação e extensão em Moçambique e no mundo em geral.

Em 1998, os doadores internacionais baseados em Moçambique consideraram o CEAGRE como um dos 5 melhores grupos de consultoria em gestão de recursos naturais e estudos de impacto ambiental. Em 2019 o CEAGRE recebeu um diploma de mérito entregue pelo WWF, pela sua contribuição e dedicação na implementação do projecto “Governança Florestal a Urgência do Momento” de 2016 a 2019. O CEAGRE localiza-se no Campus Universitário, em Maputo, nas instalações da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal.

4.3. Centro de Recursos Kaya Clínica

O Centro de Recursos Kaya Clínica (Figura 12) é um Centro de extensão universitária de intervenção multidisciplinar que auxilia na resolução dos problemas legais, urbanos e habitacionais, através de apoio técnico, consultorias, informações legais, definições de estratégias, estudos de viabilidade, mobilização de recursos locais, entre outros, na resposta às demandas da população para o melhoramento da habitabilidade básica.

O Centro de Recursos Kaya Clínica enquadra-se no universo da justiça social, como um dos pilares da sustentabilidade, na assistência técnica, de forma a contribuir, através da produção de conhecimento e da intervenção na realidade autoconstruída, num contexto sócio-ambiental e economicamente desfavorável. Pretende, pois, ser exemplo de actuação no ensino, através da pesquisa e extensão, com destaque para interação com

a comunidade, imprimindo a troca de saberes entre a UEM e os diversos sectores sociais, promovendo, desse modo, a estruturação de um conhecimento que contribui para a superação da desigualdade e da exclusão social, e, sobretudo, a construção de uma sociedade mais justa, eticamente orientada e democrática.

A participação activa dos actores sociais na produção do espaço habitacional em Maputo é uma das premissas mais importantes deste projeto, pelo que se procurou envolver três grandes grupos no melhoramento do espaço urbano e das condições de vida: o corpo académico, as administrações públicas e a comunidade.

A parceria com o Conselho Municipal de Maputo (CMM) foi oficializada em Agosto de 2016, através de uma Adenda ao Memorando de Entendimento de 2008, entre o CMM e a UEM. Este Memorando, para além de outros aspctos, permite a cedência de uma infraestrutura no Centro Comunitário do Bairro Jorge Dimitrov. O Centro de Recursos Kaya Clínica, visa apoiar a relação entre os moradores e o município em acções de legalização; a interação com os diversos actores do sistema financeiro; as intervenções arquitectónicas e urbanísticas, bem como a identificação de outros espaços de intervenção. Para tal, os tipos de intervenção são: elaboração de diagnósticos, aplicação de materiais sustentáveis, capacitação de mão-de-obra, elaboração colectiva de projetos arquitectónicos, orientação direccionada ao microcrédito e à regularização fundiária.

A resposta é efectuada através de um exercício multidisciplinar, da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, para a intervenção em projectos e acções, no âmbito da arquitectura e urbanismo da Faculdade de Engenharias, para projectos e acções sobre infraestruturas e edificado; da Faculdade de Medicina, para acções de saneamento e de saúde pública; da Faculdade de Direito, para acções de legalização fundiária; da Faculdade de Economia, para acções de apoio ao microcrédito; e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, para as acções no âmbito das relações sociais e humanas.

O Centro Kaya Clínica, enquanto Centro de Recursos, conta com pessoal permanente de consultores e voluntários. O pessoal permanente garante o funcionamento quotidiano do consultório, com um vínculo permanente dos docentes no desenvolvimento dos projectos ou actividades. Os estudantes e docentes, bem como possíveis membros da comunidade, prestaram serviços em regime de voluntariado, nomeadamente:



FIGURA 12: Inauguração do projecto Kaya Clínica. Bairro Jorge Dimitrov

4.4. Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique (CAIRIM)

O Centro de Arqueologia, Investigação e Recursos da Ilha de Moçambique (CAIRIM), Figura 13, é um centro, que presta um serviço público sem fins lucrativos. O CAIRIM tem a sua sede na fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique, tendo sido inaugurada a 16 de Setembro de 2018. Embora sendo um centro de recursos da UEM, a principal actividade do CAIRIM está focada na protecção e investigação do Património Arqueológico, actualmente a única instituição especializada do País na protecção do património arqueológico subaquático.

Entre outras acções o CAIRIM efectua, através de um mandato atribuído à UEM pelo Ministério da Cultura, em coordenação com a UNESCO e outros parceiros internacionais (Instituto Smithsonian; Universidade George Washington; Museus Iziko da África do Sul, Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos), trabalhos de monitorização e protecção de naufrágios ao redor da Ilha de Moçambique, Património da Humanidade. A UEM sempre tomou uma posição de defesa deste património como valor nacional inalienável.

A Ilha de Moçambique tem um importante património arqueológico de valor universal, com ligações às civilizações antigas do Oceano Índico que importa preservar e estudar. Para exercer a sua actividade o CAIRIM conta com a estreita colaboração das comunidades e autoridades locais, dentre elas a Universidade Lúrio (UniLÚRIO), o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e a Administração Marítima da Ilha de Moçambique.

O CAIRIM promove e tem apoiado um grupo de monitores da comunidade da Ilha de Moçambique que colaboram na protecção do património arqueológico subaquático. Os trabalhos de arqueologia são realizados em coordenação com o Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM, sendo a arqueologia no CAIRIM uma extensão do programa arqueológico nacional desenvolvido no âmbito deste departamento desde a independência.

O CAIRIM tem levado a cabo trabalhos de investigação arqueológica, de uma forma inovadora e desenvolvendo tecnologia de ponta, que tem revelado aspectos até agora desconhecidos da história de Moçambique e da região desde as origens do desenvolvimento do comércio marítimo no Oceano Índico até períodos mais recentes, como o comércio de escravos. A formação de profissionais competentes, aos diversos níveis, para realizar esta tarefa tem sido uma das principais preocupações do CAIRIM, actividade que decorre em coordenação com o Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM.

A preservação de naufrágios históricos, actividade levada a cabo pelo CAIRIM, visa a preservação de estações arqueológicas submersas, proporcionando, igualmente, mitigação e conservação de emergência do património arqueológico em risco, de acordo com os princípios internacionais e desenvolvimento de novas tecnologias; formação de profissionais, criação de infraestruturas para a preservação a longo prazo das estações arqueológicas e suas colecções, e envolvimento das comunidades locais em programas de intervenção e monitorização de estações arqueológicas em risco, incluindo formação em técnicas de mergulho.



FIGURA 13: Banner da Inauguração do CAIRIM. Ilha de Moçambique

4.5. Assistência técnica, responsabilidade social e elevação da consciência cívica

No âmbito das assistência técnica, entre as diferentes experiências da UEM podemos destacar as actividades realizadas na Ilha de KaNyaka, em 2017 e 2018, através de uma equipa de técnicos das faculdades de Veterinária e de Agronomia e Engenharia Florestal e do Centro de Comunicação e Marketing da UEM, cujas actividades incluíram, na componente veterinária, o exame clínico geral, desparasitações, banhos carracicidas, limpeza e desinfecção de instalações, tratamento de feridas e abscessos dentre outras patologias que apareceram em caprinos, suínos e aves; estabelecimento de um campo de demonstração de preparação de alfobres, adubação, técnicas de plantio e manuseio de sementes melhoradas: acompanhamento no preparo da cama de sementeira e assistência na sementeira e densidade de plantação; determinação da esquadria da área e profundidade da sementeira com recurso ao compasso, na área da agronomia; e formação e técnicas de comunicação, no campo da comunicação.



FIGURA 14 – Recomendações, intervenção e desenvolvimento na Ilha de KaNyaka

Ainda neste âmbito geral e no que concerne à responsabilidade social, a UEM não se mostrou indiferente ante a uma das piores calamidades naturais – o Ciclone Idai – que assolou a região centro do País em Março de 2019. Uma equipa de 25 profissionais das áreas de Biologia, Comunicação, Engenharia Civil e Eléctrica, Medicina, Psicologia e Profissionais de Informação, coordenados pelo Centro de Comunicação e Marketing (CECOMA) e pela Direcção do Registo Académico (DRA), prestaram a sua assistência directa às vítimas do Idai na província de Sofala (Figura 15).



FIGURA 15 - Equipa de profissionais da UEM prestando assistência directa às vítimas do Idai em Sofala

A actividade teve o apoio: das (a) LAM que, sob sua coordenação, respondeu imediatamente à solicitação de parceria feita pela UEM, disponibilizando o avião da ANADARKO para o transporte da Delegação de Maputo à Beira, bem como para o transporte dos bens doados e entregues ao então Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC); do (b) Standard Bank, que, em conjunto com a UEM, financiaram a

actividade; e da (c) Unizambeze e do ISCTAC, que deram toda a assistência logística no terreno.

5. Extensão e inovação numa universidade de investigação: perspectivas

Um dos desafios imediatos na missão de extensão e inovação é a criação e/ou consolidação de mecanismos estruturantes que possam dar maior autonomia e visibilidade à extensão universitária na UEM. Assim, a elaboração da política de extensão e inovação da UEM e a respectiva estratégia de implementação são parte desses mecanismos, que incluem, também, a política de investigação da UEM e da propriedade intelectual. Com estas acções, espera-se que, num futuro muito próximo, sejam estabelecidos os princípios e mecanismos visando tornar a extensão universitária mais autónoma e visível, incluindo indicadores específicos consistentes com o plano estratégico e internacionalmente válidos. Para o efeito, a inclusão de actividades de extensão no currículo académico e criação de unidades de créditos académicos que reconheçam a extensão como actividade central da formação académica é, igualmente, outra estratégia-chave para a nova dinâmica da extensão que se lhe pretende imprimir. Mas, há outras práticas importantes que podem concorrer para a maior visibilidade da extensão da UEM, nomeadamente um contínuo mapeamento, documentação e disseminação das acções de extensão realizadas na instituição permitindo a avaliação do seu impacto social e comunitário e a melhoria da imagem da UEM e consolidação das acções de desenvolvimento, em particular, da Ilha KaNhaka e início de acções de transferência de tecnologia no Sábie, no distrito da Moamba. O desenvolvimento de actividades de extensão e inovação baseadas na investigação para a exploração de potencialidades e desenvolvimento da Ilha de Moçambique e a consolidação da inclusão das actividades de extensão no currículo académico no contexto da revisão do Quadro Curricular para a Graduação e do Quadro Curricular para a Pós-graduação, incluindo o Regulamento dos Cursos de Pós-graduação, são outras iniciativas a ocorrer durante este ciclo do plano estratégico.

6. Considerações finais

Este capítulo tentou narrar, com emprego de alguns recursos analíticos, a história e evolução da extensão universitária na UEM, desde testemunhos orais e documentais da sua génese na segunda metade dos anos 70, com adopção das famosas Actividades de

Julho (AJUs) mais tarde estendidas ao mês de Janeiro (AJAs). Estas actividades surgem em resposta ao discurso do Presidente Samora Machel do 1º de Maio de 1976, onde a ideia central era que a Universidade se devia inspirar nas experiências quotidianas das classes trabalhadoras e pôr a sua técnica ao serviço dos trabalhadores e da reconstrução nacional, além de ensinar, participar e aprender com os trabalhadores na solução de problemas, interiorizando o significado da dignidade do trabalho, incluindo conhecer profundamente o país para saber como reestruturar os cursos e orientar a pesquisa. Este é o primeiro momento da extensão universitária na UEM.

O segundo momento é aquele caracterizado pelo conceito de planificação estratégica, com adopção de três planos estratégicos, incluindo o actual de duração de 10 anos já no quadro da nova visão e missão de transformar a UEM numa universidade de investigação, na qual a extensão é claramente vista como *terceira missão*, reconhecida nos estudos de ensino superior. O capítulo trouxe, no meio desta descrição, alguns exemplos de práticas de extensão desenvolvidas em unidades vocacionadas, particularmente os centros de investigação e extensão. Como um pilar em processo de reestruturação, o capítulo apresentou os esforços institucionais internos para que, no futuro, a extensão, dentro de nova significação, seja realizada dentro de um plano normativo claro e passível de monitorização baseada em indicadores universais convencionais. É assim que faz referência à elaboração da política de extensão e inovação da UEM e a respectiva estratégia de implementação, instrumentos que irão não só regular com base em indicadores universalmente validos, mas também aferir as práticas de extensão e inovação e seu impacto.

Referências

ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A. **Moçambique em Transição**: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, ISRI, 1994.

BOUDON, R., BESNARD, P., CHERKAOU, M, e LÉCUYER, B. **Dicionário de Sociologia**. Publicações Lisboa: Dom Quixote, 1990.

GOVEIA, J. B. (2018). O constitucionalismo de Moçambique e a Constituição de 2004.

Boletín Mexicano de Derecho Comparado, nueva serie, año XLX, núm. 152, mayo-agosto de 2018, pp. 449-475. Universidad Nacional Autónoma de México, IIJ-BJV, 2018 <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/issue/archive>.

Jornal universitário “O mobilizador” (s/d). Entrevista concedida a Fernando dos Reis Ganhão,

Reitor da UEM (1979/80).

MOHS, R. M. Structural adjustment programmes in sub-Saharan Africa,

Intereconomics, Hamburg, v. 23, I. 1, 1988, pp. 25-28.

CAPONGA, S. Scientific Research and “third university mission”: what role for universities. **Italian Sociological Review**, v.1, 2012, pp. 33-42.

PAUSITZ, A. **University Third Mission: Knowledge Exchange**. Danube University Krems. Center for Educational Management and Higher Education Development. 2012.

LOREDO, F. Toward a Third Mission Universities: Main transformation, challenges and emerging patterns in Higher Education Systems. In **UNESCO Research Seminar for the Regional Scientific Committee for Europe and North America – Paris**, March 2007.

ANDY, J (2017). A Inovação, o Desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v.31, n. 90, 2017.

SCHATZ, S. Structural adjustment in Africa. a Failing Grade so Far. **A Journal of Modern African Studies**, v.32, n.4, 1994. pp.679-692.

SCHWALBACH, J. **Actividades de Julho (AJU’s): Juntos, Professores e Alunos se apropriavam**

do verdadeiro Moçambique. Documento produzindo e revisado pelo Prof. Doutor Aurélio Rocha, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e investigador em Sociologia Histórica da Universidade Eduardo Mondlane, 2015.

TOLETTTO, L.M. O papel das heurísticas no julgamento e tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.23, n. 2, p.181-189. abril-junho de 2006.

UEM. Relatório de Auscultação à Comunidade Universitária. Imprensa Universitária. Maputo. 2011.

UEM. Relatório de Monitoria da Implementação das Recomendações do Relatório de Auscultação à Comunidade Universitária. Maputo: Imprensa Universitária. 2013.

Outros Documentos consultados

MOÇAMBIQUE. Conselho de Ministros. **Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação em Moçambique (ECTIM) – Horizonte Temporal: 10 anos. Aprovado pelo Conselho de Ministros na 15ª sessão ordinária de 27 de Junho de 2006**. Maputo, 2006.

MOÇAMBIQUE. MINED. Plano Estratégico da Educação (1999-2003). Maputo. Outubro de 1998. <https://silo.tips/download/plano-estrategico-de-educao>.

MOÇAMBIQUE. MINED. **Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020**. Maputo, 2012.

MOÇAMBIQUE. Estatutos da Universidade Eduardo Mondlane. **Boletim da República, I Série, N.º16, Decreto no 12/95 de 25 de Abril, do Conselho de Ministros**. Maputo, 1995. Pp. 9-15.

MOÇAMBIQUE. **Estatutos da Universidade Eduardo Mondlane**. Boletim da República, I Série, N.º29, Suplemento, Decreto no 37/98 de 28 de Julho, do Conselho de Ministros. 1998. Pp. 1-2.

MOÇAMBIQUE. Lei do Ensino Superior. Boletim da República, I Série. Lei no 27/2009, de 29 de Setembro. Maputo: Imprensa Nacional., 2009.

UEM. **Plano Estratégico de 2010-2014**. Maputo, 2008.

_____. **Plano Estratégico de 2008-2012**. Maputo, 2008.

_____. **Plano Operacional de 2010-2014**. Maputo, 2011.

_____. **Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane 2008 - 2014**. Maputo: Imprensa Universitária, 2008.

_____. **Plano Estratégico da UEM (2018 - 2028)**. Maputo, 2017.

_____. **Plano Operacional 2010-2014**. Maputo, 2010.

_____. **Política de Investigação da UEM**. Maputo, 2007.

_____. **Quadro Curricular para a Graduação**. Maputo, 2014.

_____. **Quadro Curricular para a Pós-Graduação**. Maputo, 2013.

_____. **Regulamento dos Centros**. Maputo, 2011.

_____. **Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação da UEM**. Maputo, 2013.